PRIMEIRO MINISTRO

DISCURSO DE

SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO

KAY RALA XANANA GUSMÃO

POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

PARA 2027

Parlamento Nacional, Díli

9 de novembro de 2026

Palácio do Governo
Avenida Marginal
Dili, Timor-Leste

Suas Excelências
Senhora Presidente do Parlamento Nacional
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Ilustres
Senhoras e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo
Senhoras e Senhores

Povo de Timor-Leste,

Apresento-me, hoje, perante este Parlamento Nacional com profundo sentido de responsabilidade e de dever, para submeter à apreciação de Vossas Excelências as opções políticas e financeiras do IX Governo Constitucional para o próximo ano, consubstanciadas na Proposta de Lei de Orçamento Geral do Estado para 2027.

Através desta proposta de orçamento, queremos consolidar a nossa economia, reforçar a prestação de serviços públicos e alargar as oportunidades de progresso e bem-estar às famílias timorenses em todo o país.

A missão deste Governo é gerir, com rigor, os recursos financeiros do Estado – recursos substanciais, mas finitos – de forma sustentável, transparente e responsável, preparando o país não apenas para o ano de 2027, mas para os desafios dos anos seguintes, num mundo cada vez mais incerto e exigente.

O ano de 2027 será especialmente marcante para a nossa Nação. Assinalaremos 25 anos de independência, um quarto de século de caminhada como povo livre e soberano.

Será também um momento de memória e de gratidão para com todos os que se sacrificaram, em todas as frentes da luta, para que hoje possamos estar aqui, nesta Casa da Democracia, a decidir o nosso destino de forma justa, participativa e em paz.

É neste contexto que o Orçamento de 2027 é apresentado como o Orçamento de "**Reforçar a Resiliência através da Transformação: Diversificar a Economia para um Futuro Sustentável**".

Este é o compromisso político deste Governo com a construção de um Timor-Leste menos dependente, mais inclusivo e verdadeiramente preparado para os desafios das próximas décadas.

Senhoras e Senhores Deputados,

Resiliência, para nós, significa garantir um rendimento seguro para as famílias quando os preços sobem. Significa ter água disponível para a agricultura em tempo de seca e assegurar matérias-primas para a construção de infraestruturas e para o desenvolvimento da nossa indústria.

Um Estado resiliente é aquele que consegue continuar a prestar serviços públicos de qualidade ao seu povo, mesmo perante choques e dificuldades, sem gastar de forma irresponsável as poupanças das gerações futuras.

Em 2011, o Povo timorense definiu, no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, a sua visão de resiliência de longo prazo. Aspirou a uma Nação que protege firmemente a sua soberania e constrói uma economia forte, com uma população saudável, bem formada e capaz de competir no mundo moderno.

Esse Plano, agora atualizado, with an indication of what was done and what could not be done, e aprofundado através do Plano de Médio Prazo 2027–2030, tem orientado as grandes opções de desenvolvimento nacional e os nossos investimentos estruturantes em infraestruturas, precisamente para apoiar e acelerar o crescimento da economia timorense.

Construímos um sistema de produção e distribuição de eletricidade para levar energia à população de todo o país. Até ao final de 2025, a eletricidade chegou a todas as 163 aldeias visadas pelo programa de expansão e os sistemas de energia solar alcançaram também os agregados familiares remotos.

Investimos numa rede rodoviária nacional que liga as nossas comunidades e permite que as nossas empresas cresçam e se desenvolvam. Até junho deste ano, foram concluídos ou reabilitados 2.475 quilómetros de estradas.

A instalação do cabo submarino de fibra ótica, que disponibiliza internet de alta velocidade à nossa população e às nossas empresas, reforça a ligação de Timor-Leste ao mundo.

Estamos a requalificar o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, facilitando a deslocação de pessoas, empresários e investidores para Timor-Leste.

Estes investimentos transformaram as infraestruturas do nosso país e estabeleceram uma base importante para o desenvolvimento económico. Paralelamente, promovemos reformas substanciais nas instituições públicas, através da Comissão da Função Pública, e reformas nos sistemas de gestão financeira do Estado e em setores cruciais de desenvolvimento humano, como a saúde e a educação.

Em julho de 2025, a Organização Mundial de Saúde certificou Timor-Leste como país livre de malária. O tracoma foi também eliminado enquanto problema de saúde pública. Estas conquistas pertencem, antes de mais, aos nossos profissionais de saúde, que estão mais próximos das comunidades.

Na educação, registaram-se igualmente progressos, com o aumento das matrículas no ensino básico e o recrutamento de milhares de professores.

Estamos, em simultâneo, a reforçar a nossa participação na economia regional e internacional. Em 2024, Timor-Leste aderiu à Organização Mundial do Comércio e, no ano passado, tornou-se o décimo primeiro membro da ASEAN.

O território de Timor-Leste não termina na costa, prolonga-se no mar. E é nesse mar que reside também uma parte essencial da nossa soberania e do nosso futuro.

Foi por isso que lutámos para delimitar as nossas fronteiras marítimas com a Austrália e é por isso que continuamos a lutar, com diplomacia e determinação, pela delimitação das fronteiras marítimas com a Indonésia. Este ano, progredimos de forma significativa, através da realização de três rondas de negociações formais, com uma quarta ronda acordada para dezembro de 2026.

Este ano aprovámos a Política e Plano de Ação para a Economia Azul de Timor-Leste, fazendo do oceano e dos recursos marinhos e costeiros um eixo estratégico de diversificação económica do país.

Ao integrar princípios de sustentabilidade ambiental, inclusão social e viabilidade económica, esta política visa transformar o nosso potencial marítimo em emprego, rendimento e investimento, garantindo também a proteção dos ecossistemas costeiros e marinhos para as gerações futuras.

A certeza jurídica resultante da futura delimitação das fronteiras marítimas com a Indonésia contribuirá para concretizar esta visão de desenvolvimento, incluindo o combate firme à Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (INN), que tem prejudicado os cofres do Estado e o nosso ambiente marinho.

Temos sido abordados por organizações científicas internacionais que reconhecem este oásis de biodiversidade nas nossas águas, para a realização de expedições científicas no nosso espaço marítimo nacional, como é exemplo a OceanX, atualmente a operar nas nossas águas.

Estas expedições demonstram a confiança no nosso país, nas nossas instituições e na nossa estabilidade. Quando há paz e estabilidade, há confiança. E quando há confiança, há investimento e parcerias. E quando há investimento e parcerias, há desenvolvimento e progresso.

Também este ano assegurámos a participação do Estado timorense no Greater Sunrise, através do processo de aquisição das participações da Osaka Gas Australia e da Woodside.

Isto reforça a posição do TIMOR GAP no processo de desenvolvimento dos campos Sunrise e Troubadour e na continuação dos trabalhos relativos ao conceito Timor LNG, que prevê o transporte do gás para processamento na costa sul de Timor-Leste.

O gás natural do Greater Sunrise irá ser processado em Timor-Leste. Isto irá permitir desenvolver novas indústrias, criar emprego e reforçar as competências de toda a nossa população.

Não fosse esta a importância dos recursos naturais e talvez muitos países não tivessem sido alvo de cobiça nem tivessem conhecido décadas de ocupação e sofrimento, como nós conhecemos. Não fosse esta a visão global de desenvolvimento assente em recursos e talvez não houvesse tantas guerras, tantos conflitos e tantas fronteiras marítimas por delimitar em todo o mundo.

Afirmo, por isso, o nosso direito soberano de desenvolvimento petrolífero não apenas como uma opção económica, mas como a forma mais justa e estratégica de transformar aquilo que, no passado, foi motivo de cobiça, na base de um futuro de dignidade e verdadeira independência para o nosso Povo.

Ilustres Senhoras e Senhores Deputados,

A nossa economia não petrolífera cresceu 4,3% em 2025, registando o seu quinto ano consecutivo de crescimento. O mais recente inquérito aos níveis de vida estima que 37% da nossa população vivia abaixo do limiar da pobreza em 2024, contra 48,4% em 2014.

Apesar destes avanços, a pobreza continua a ser uma realidade dura, sobretudo nas nossas comunidades rurais.

As desigualdades no país persistem. A média nacional de crescimento não descreve a vida de uma família cujo rendimento é incerto, cujo centro de saúde é de difícil acesso, ou cujas crianças caminham longas distâncias para chegar à escola, muitas vezes com fome.

Não tem faltado esforço do Governo para combater a desigualdade. Mas o esforço, por si só, não consola quem sofre. É preciso fazer mais e fazer melhor. O Orçamento Geral de Estado para 2027 é a expressão desse mesmo compromisso.

Excelências
Senhoras e Senhores,

O Governo propõe um Orçamento consolidado de 2,569 mil milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de 7,4% face ao Orçamento Retificativo de 2026.

O investimento público ascende a 535,3 milhões de dólares, dos quais 505,8 milhões de dólares são destinados a projetos de capital de desenvolvimento. Em contrapartida, a dotação para bens e serviços é reduzida em 19,8%, para 550,3 milhões de dólares. Com esta opção, o Governo privilegia o investimento transformador e controla as despesas de funcionamento.

O Orçamento de 2027 foi integralmente preparado com base numa abordagem orientada por políticas, enquadrada num horizonte de cinco anos. Cerca de 2,19 mil milhões de dólares destinam-se à continuidade de políticas existentes e 380,47 milhões de dólares às novas ou alargadas prioridades deste Governo.

Com esta abordagem, o Parlamento Nacional e os cidadãos passam a dispor de melhores instrumentos de escrutínio, podendo avaliar com maior clareza o custo das novas decisões. Cada dotação orçamental está ligada a uma política, a um programa e a resultados esperados. E nenhuma despesa continuará apenas porque “sempre lá esteve”, pois todas serão sujeitas a revisão.

Assim, este Parlamento Nacional poderá exercer plenamente a sua autoridade na aprovação das despesas anuais, mas olhando também para os próximos cinco anos, de forma a assumir hoje decisões responsáveis à luz das suas consequências a médio prazo.

O Orçamento de 2027 projeta um crescimento não petrolífero de 4,6% e uma inflação em torno de 1,8%. Estas previsões dependem da nossa capacidade de implementação e da evolução do contexto internacional. A nossa missão é criar as condições para que esse crescimento seja sustentável e, sobretudo, sentido por todas as famílias timorenses.

Senhora Presidente e Vice-Presidentes
Distintas e Distintos Deputados,

A criação de emprego é vital para o nosso desenvolvimento.

Hoje, apenas cerca de uma em cada três pessoas com 15 ou mais anos está empregada. E cerca de três em cada dez jovens entre os 15 e os 24 anos estão fora da escola, do trabalho e da formação profissional.

Não podemos aceitar que a nossa maior riqueza – o nosso povo, sobretudo os jovens – permaneça subaproveitada. Mas a administração pública não pode empregar toda a gente. Precisamos de explorações agrícolas, atividades de pesca, oficinas e empresas privadas que cresçam, criem emprego e contribuam para a receita nacional.

Por isso, o Orçamento atribui 956,9 milhões de dólares aos assuntos económicos, incluindo infraestruturas e setores produtivos. A agricultura recebe 37,8 milhões de dólares, mais 21% do que no orçamento anterior. Este investimento reforça os sistemas de irrigação, a produção agrícola, os serviços de extensão e o desenvolvimento de mercados.

Em 2025, a produção de arroz aumentou significativamente e a fatura das importações de cereais diminuiu. A próxima tarefa é consolidar esses ganhos. É manter e expandir a irrigação, apoiar adequadamente os agricultores e ligar a produção ao armazenamento, ao processamento e aos compradores. Uma produção interna mais fiável melhora os rendimentos rurais e reduz a nossa dependência das importações e dos choques externos de abastecimento alimentar.

O turismo recebe 13,1 milhões de dólares, um aumento de 31%, incluindo novo apoio a atividades turísticas especializadas e ao turismo ligado à pesca e ao mar. Cada visitante cria oportunidades para alojamentos, guias, restaurantes, transportes, produtores locais e

operadores de turismo azul. Mas, à medida que estas atividades crescem, o nosso ambiente natural e o nosso património cultural têm de ser protegidos.

O acesso ao financiamento continua, porém, a ser um grande obstáculo. O saldo dos empréstimos dos bancos comerciais à agricultura é de apenas cerca de 1,5 milhões de dólares, e à indústria transformadora de cerca de 6,5 milhões de dólares. Estes números mostram como as empresas produtivas continuam a ter dificuldade em obter capital.

Para enfrentar este desafio, o Governo criou o Banco Nacional de Desenvolvimento, com a missão de apoiar investimentos viáveis em setores prioritários, com decisões de crédito sólidas e boa gestão dos recursos públicos.

Em coordenação com a Agência de Mulheres Empreendedoras de Timor-Leste, conseguiu-se reunir em Díli representantes de Mulheres, vindas de todos os Municípios, para discutirem sobre o potencial e as oportunidades de negócio, a fim de apresentarem planos concretos de investimento, para a obtenção de créditos.

O crédito deve servir para incentivar as pessoas a iniciar as suas atividades em empresas mais sustentáveis, de forma a garantir uma participação maior das próprias comunidades. A Agência está em constante contacto com as Mulheres e apresentarão uma Visão de 5 anos e ações concretas para cada ano.

As cooperativas também têm um papel importante na nossa economia. O número de membros tem crescido, envolvendo cada vez mais produtores. Com boa gestão, podem ajudar os seus associados a adquirir fatores de produção, melhorar a qualidade, negociar e obter um melhor acesso aos mercados.

O objetivo desta visão empresarial tem, por finalidade, incentivar, pouco a pouco, uma melhor produtividade para uma gradual transformação em produtos que poderão reduzir a importação de tudo quanto se consome em Timor-Leste. E isto criará emprego e ajudará a população a melhorar as suas condições de vida.

Como já referi, os nossos recursos petrolíferos e minerais continuam a integrar a nossa estratégia de desenvolvimento. O Orçamento de 2027 afeta 244,8 milhões de dólares a novas políticas para o setor petrolífero e mineral, incluindo apoio à TIMOR GAP para os projetos de Kuda Tasi e Jahal e para o avanço do Greater Sunrise. A Murak-Rai Timor recebe 14,9 milhões de dólares para apoiar a exploração mineral.

A Timor GAP já tem um plano de atividades a ser desenvolvido, ainda a partir deste mês – convidamos todos os deputados a deslocarem-se ao porto de Tibar no dia 11 deste mês para receber o navio que irá chegar a Timor-Leste nesse âmbito - e dada a complexidade das operações, em 2030, já se poderá ver o desenvolvimento das infraestruturas no Off-Shore e no On-Shore, em Natarbora.

Enquanto isso, o Jahal e Kuda-Tasi, antes de 2030, poderão já trazer as receitas iniciais para o Fundo do Petróleo.

Estes compromissos serão concretizados com base em trabalho técnico rigoroso, avaliação comercial séria e plena prestação de contas.

Distintas e Distintos Deputados,

O Orçamento para 2027 atribui 345,7 milhões de dólares a estradas e pontes, 157,6 milhões de dólares à eletricidade e 23,5 milhões de dólares à água e saneamento.

São estes serviços que ligam o desenvolvimento económico à vida diária das pessoas. Uma estrada garante que o agricultor venda a sua colheita antes que se estrague. Um fornecimento de eletricidade fiável permite que uma pequena empresa use máquinas todo o dia. A água potável protege a saúde e poupa tempo às famílias.

A continuação das obras rodoviárias e a modernização do Aeroporto de Díli irão melhorar as nossas ligações aos mercados regionais e apoiar o comércio e o turismo. A nova capacidade de eletricidade em Oe-Cusse Ambeno e o investimento em energia solar em Ataúro reforçarão os serviços nessas comunidades.

Espera-se que o projeto solar de grande escala em Manatuto, quando operacional, reduza o consumo de gasóleo na produção de eletricidade. Isso diminuirá a nossa exposição ao custo do combustível importado – atualmente mais caro - e tornará o abastecimento energético mais sustentável.

Continuaremos também a investir na manutenção das infraestruturas. Não podemos permitir que estradas, sistemas de água e edifícios públicos se degradem porque o trabalho menos visível da sua conservação foi ignorado. O valor de uma infraestrutura mede-se pelo serviço que continua a prestar.

O ritmo do investimento deve igualmente refletir a nossa capacidade de preparar, adjudicar e fiscalizar projetos. Este Orçamento estabelece um limite anual de 250 milhões de dólares para a despesa com projetos existentes do Fundo de Infraestruturas, dando prioridade à conclusão das obras em curso. Esta é uma medida específica para esses projetos, integrada numa estratégia mais ampla de investimento público.

Concluir projetos úteis e colocá-los ao serviço do povo deve ter prioridade sobre acumular novos compromissos que o Estado não consegue executar em tempo útil.

Distintas e Distintos Deputados,

A solidez da nossa economia dependerá, em última análise, da saúde e das capacidades da nossa população.

Propomos 182,6 milhões de dólares para a saúde, um aumento de 17%, e 194,2 milhões de dólares para a educação, um aumento de 11% face a 2026.

Os nossos progressos na luta contra a malária e o tracoma mostram o que uma ação pública persistente pode alcançar. Os cuidados maternos também melhoraram. Hoje, 78% dos partos são assistidos por pessoal qualificado, contra 60% em 2016. Mas as mães nas comunidades rurais e remotas continuam a enfrentar maiores dificuldades de acesso, e os serviços têm de chegar até elas com mais eficácia.

A desnutrição infantil exige atenção urgente. Cerca de 45% das crianças com menos de cinco anos apresentam atraso no crescimento e 19% tem peso demasiado baixo para a sua altura, sinal de desnutrição aguda. Estes números significam crianças cuja saúde, aprendizagem e oportunidades futuras são limitadas antes de terem um começo de vida justo.

Responder a este problema requer cuidados de saúde, alimentação nutritiva, água potável e apoio às famílias, de forma coordenada. Nenhum ministério, isoladamente, consegue resolver todos os desafios que atravessam vários setores.

O Orçamento destina 11,7 milhões de dólares ao apoio materno-infantil, sobretudo através da Bolsa da Mãe. A alimentação escolar, com 24,7 milhões de dólares executados pelos municípios, é outra peça central deste esforço.

Na educação, a taxa líquida de matrícula no ensino básico atingiu 93,3%. Tendo levado mais crianças à escola, o passo seguinte é melhorar aquilo que elas aprendem. O recrutamento

de professores tem de ser acompanhado de formação contínua, assiduidade e boas práticas em sala de aula. A educação e a formação profissional devem dar aos jovens competências úteis para o emprego e para o empreendedorismo.

A inclusão social recebe cerca de 367 milhões de dólares. Este montante inclui o apoio aos Combatentes da Libertação Nacional, a segurança social e a assistência a famílias vulneráveis. Aproximadamente 108.000 idosos e pessoas com deficiência recebem prestações não contributivas.

Honramos o contributo de quem garantiu a nossa independência, ao mesmo tempo que fortalecemos um sistema de proteção social que responda às necessidades dos mais vulneráveis em todo o país. Uma melhor informação – incluindo o novo sistema digital baseado no inquérito aos níveis de vida – ajudará a identificar os agregados familiares mais pobres e a orientar melhor a assistência.

Excelências,

O acesso de uma família aos serviços públicos não deve depender da sua proximidade a Díli. O nosso desenvolvimento deve chegar às comunidades nas montanhas, ao longo da costa, em Ataúro e em Oe-Cusse Ambeno.

O financiamento para os treze municípios ascende a 148,1 milhões de dólares, mais 20% do que em 2025. Considerando todas as dotações municipais previstas no Orçamento, a dotação combinada para os municípios e para Oe-Cusse Ambeno alcança 171,6 milhões de dólares, um aumento de 6% face a 2026.

O Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos recebe 22,9 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento comunitário. Além disso, 33,8 milhões de dólares serão executados pelas autoridades municipais, através do Programa Integrado de Desenvolvimento Municipal, para infraestruturas e programas de desenvolvimento local.

Estas medidas aproximam as decisões tomadas às comunidades. Mas exigem também maior capacidade local para planear, conduzir concursos, fiscalizar obras e prestar contas. A descentralização só terá sucesso se a maior responsabilidade vier acompanhada dos meios para a exercer com qualidade.

O Orçamento consagra cerca de 277,9 milhões de dólares de investimento de capital em 1.643 projetos nos municípios e em Oe-Cusse Ambeno, excluindo os projetos do Ministério das

Obras Públicas. Este montante descreve a distribuição territorial do investimento planeado, não representando uma transferência adicional para os orçamentos municipais.

Senhoras e Senhores,

Como mais recente membro da ASEAN, Timor-Leste tem novas oportunidades para comercializar, atrair investimento e aprender com a experiência dos nossos vizinhos.

Mas a adesão, por si só, não tornará as nossas empresas competitivas. As empresas precisam de infraestruturas fiáveis, trabalhadores qualificados, regras claras e produtos capazes de responder às exigências dos clientes. O nosso trabalho nas áreas aduaneira, da administração pública e da reforma económica deve servir precisamente para poderem aproveitar essas oportunidades.

Em 2027, acolheremos reuniões de alto nível da ASEAN e da CPLP. Estas responsabilidades são uma oportunidade para reforçar parcerias que apoiem o nosso desenvolvimento nacional. Devem ser assumidas com profissionalismo e com uma gestão rigorosa dos custos.

Os nossos cidadãos que trabalham no estrangeiro também dão um contributo crescente. As remessas atingiram 104,5 milhões de dólares no primeiro semestre de 2026, face a 80,4 milhões no mesmo período de 2025. Este rendimento ajuda as famílias a satisfazer necessidades essenciais e pode apoiar o investimento em pequenas empresas.

Reconhecemos o esforço e o sacrifício que estão por detrás destas contribuições. O emprego no estrangeiro oferece oportunidades importantes, mas não pode substituir a criação de trabalho digno no nosso próprio país. Queremos que os trabalhadores que regressam, possam investir aqui a sua experiência e as suas poupanças, e que os jovens timorenses tenham uma escolha verdadeira sobre onde construir o seu futuro.

Ilustres Deputadas e Deputados,

Passo agora a explicar o financiamento deste Orçamento. O Fundo Petrolífero permitiu que Timor-Leste se reconstruísse e se consolidasse. Entre 2013 e 2026 financiou cerca de 80% da despesa do Estado. Com o fim da produção em Bayu-Undan, em junho de 2025, a gestão responsável dessas poupanças tornou-se ainda mais crítica.

Para 2027, o Governo propõe levantamentos de cerca de 1,891 mil milhões de dólares. A Receita Sustentável Estimada é de 540,5 milhões. O levantamento proposto excede, portanto, esse valor de referência em cerca de 1,350 mil milhões.

Estes números têm de ser entendidos com clareza. As receitas internas estão projetadas em 298,6 milhões de dólares – um aumento de 10% – mas ainda cobrem apenas cerca de 12% da despesa total.

As projeções indicam que, mantendo-se as atuais orientações, o Fundo poderá esgotar-se por volta de 2039. É efetivamente um sinal de alerta sobre as consequências de nada mudar. Temos de agir enquanto ainda dispomos de margem para corrigir o rumo.

A nossa justificação para utilizar estas poupanças é clara: investir na capacidade produtiva e nos serviços públicos. Mas isso cria uma obrigação incontornável de mostrar resultados, controlar custos e construir novas fontes de receita. Nenhum retorno futuro nos dispensa desta responsabilidade.

Espera-se que as medidas de eficiência em 62 entidades estatais gerem poupanças anuais de 53,6 milhões de dólares. Estas poupanças têm de ser reais. O limite anual de 250 milhões de dólares para os projetos existentes do Fundo de Infraestruturas é outro passo para gerir o ritmo da despesa e priorizar a conclusão do que já está em curso.

É igualmente necessária uma reforma fiscal. O Governo planeia introduzir um Imposto sobre o Valor Acrescentado, com taxa proposta de 5%, a partir de 2028, naturalmente sujeito à aprovação deste Parlamento.

A preparação tem de ser cuidadosa. Empresas e administração fiscal precisam de tempo para se adaptar; o desenho do imposto deve proteger os agregados familiares de baixos rendimentos e ter atenção aos bens essenciais.

O Orçamento prevê ainda desembolsos de empréstimos no valor de 75 milhões de dólares em 2027. O endividamento em condições favoráveis pode financiar bons investimentos e reduzir a pressão imediata sobre o Fundo, mas cada empréstimo cria uma obrigação futura. A avaliação de um projeto tem de considerar os custos de operação e manutenção e o seu impacto duradouro nas contas públicas.

Proteger a nossa poupança nacional exige coerência nas decisões ao longo de vários anos. As reformas inscritas neste Orçamento devem ser implementadas e os seus resultados devem orientar as próximas escolhas.

Os acontecimentos deste ano voltaram a mostrar como choques externos afetam os preços internos. O conflito no Médio Oriente pressionou os mercados de combustíveis e obrigou a medidas de emergência para proteger as famílias e manter os serviços.

Só as importações de combustível custaram 209,6 milhões de dólares em 2025. A nossa dependência de combustível e alimentos importados torna a estabilização de preços muito cara quando os mercados internacionais se perturbam. As medidas para conter os preços ao consumidor não fazem desaparecer esses custos, ou seja, parte da fatura recai sobre o Estado.

Mas não basta investir, são também necessárias instituições sólidas. O novo quadro de finanças públicas reforça a responsabilização perante o Parlamento e a sociedade. As Contas Gerais do Estado de 2025, publicadas em junho deste ano, já oferecem informação mais detalhada sobre a utilização dos recursos públicos.

Temos de continuar a melhorar os concursos públicos, a informação financeira e a prestação de contas. Um contrato público deve entregar o bem ou o serviço adjudicado. Cada pagamento deve ter suporte documental. As falhas identificadas têm de levar a ações corretivas.

O Orçamento afeta 139,8 milhões de dólares à ordem pública e segurança e 36,2 milhões à justiça. Uma justiça eficaz, um registo civil acessível e direitos de propriedade seguros são essenciais para os cidadãos e para as empresas. As pessoas precisam de confiar que os seus direitos serão reconhecidos e que as instituições públicas as tratarão com imparcialidade.

Neste Orçamento Geral do Estado, estão também incluídas umas prioridades inadiáveis, a serem realizadas no próximo ano - as eleições presidenciais, que voltarão a dar ao nosso povo a oportunidade de exercer os seus direitos democráticos. O Orçamento prevê os recursos necessários para essa responsabilidade nacional. A participação pacífica e o respeito pelas instituições democráticas continuam a ser pilares do nosso desenvolvimento.

Também se realizarão umas duas ou três eleições municipais, consoante a prontidão das estruturas dos Municípios, para dar início à implementação de Governos locais.

E, não menos importante, em 2027, iniciar-se-ão os preparativos, em termos logísticos e infraestruturais para a Presidência de Timor-Leste da ASEAN, em 2029.

Senhora Presidente do Parlamento Nacional
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Senhoras e Senhores Deputados,

A implementação deste Orçamento exigirá um esforço que vai além do Ministério das Finanças e do próprio Governo.

Aos nossos empresários e cooperativas, peço que invistam na produção, reforcem a vossa gestão e se preparem para competir em mercados mais amplos. O Estado deve melhorar as condições em que operam, e o vosso sucesso deve contribuir para o emprego e a prosperidade nacional.

Aos nossos jovens, peço que levem a sério a vossa educação e formação. O vosso país precisa das vossas capacidades e das vossas ideias. O dever do Governo é criar condições para que o vosso esforço se transforme em oportunidades reais.

Aos nossos funcionários públicos, peço que nunca se esqueçam das pessoas que dependem do vosso trabalho. Um atraso num serviço pode significar um tratamento médico que falha, uma aula que se perde ou uma época agrícola desperdiçada. Os recursos aqui aprovados têm de chegar, com rigor, a quem deles necessita.

Aos nossos parceiros de desenvolvimento, expresso o nosso reconhecimento e peço que mantenham o vosso apoio, alinhado com as prioridades nacionais e centrado no reforço das instituições e das capacidades em que Timor-Leste se apoiará nos próximos anos.

Aos distintos Deputados e Deputadas, reafirmo a total disponibilidade do Governo para explicar as suas propostas, responder a perguntas e abordar com seriedade todas as recomendações construtivas. O escrutínio é parte da nossa responsabilidade para com o Povo Timorense. Este debate deve servir para melhorar as opções e fortalecer os resultados.

No ano em que celebramos o 25.º Aniversário da Restauração da Independência, devemos reconhecer as nossas conquistas, mas também as nossas fragilidades, para corrigir o que precisa de correção e potenciar aquilo que já demonstrou valor.

Façamos de 2027 um ano em que uma parte maior do nosso investimento se traduza em atividade produtiva, em que mais serviços públicos cheguem a quem deles precisa e em que mais famílias timorenses possam ver um futuro seguro no seu próprio país.

Em nome do IX Governo Constitucional, agradeço a vossa consideração da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2027 e solicito a sua aprovação.

Muito obrigado.
Kay Rala Xanana Gusmão